

POLÍTICA MONETÁRIA

Copom trava juros sem divergir

Em decisão unânime, comitê do Banco Central ignora críticas de Lula a Campos Neto e interrompe ciclo de queda da Selic

» ROSANA HESSEL

Apesar das críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Banco Central e ao presidente da instituição, Roberto Campos Neto, o Comitê de Política Monetária (Copom) procurou dar sinais de que não existe racha no grupo de nove diretores, por enquanto. Pombos e falcões — jargão econômico para os mais lenientes com a inflação e os mais duros, respectivamente — demonstraram união e decidiram, de forma consensual, interromper o ciclo de queda da taxa básica da economia (Selic) iniciado em agosto de 2023. Com isso, os juros básicos continuam em 10,50% ao ano, pelo menos, nos próximos 45 dias.

Com a decisão, o Brasil consolida-se na vice-liderança global dos juros reais (descontada a inflação), ficando atrás apenas da Rússia em um ranking de 40 países elencados pela MoneYou (Veja no quadro ao lado).

Durante o dia, o mercado refletiu o clima de tensão formado após as declarações de Lula, na terça-feira. O temor era de uma nova divisão entre os cinco diretores indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e os quatro nomeados por Lula, como ocorreu na reunião de maio. O dólar seguiu pressionado, chegando a ser negociado a R\$ 5,48 — maior patamar desde janeiro de 2023 —, mas encerrou o pregão cotado a R\$ 5,44 para a venda, com alta de 0,14% sobre a véspera. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) registrou alta de 0,53%, fechando em 120.261 pontos.

A decisão do Copom era esperada pela maioria dos analistas e deve tranquilizar,

No topo

Com a taxa Selic mantida em 10,50% ao ano pelo Banco Central, o Brasil se consolida na vice-liderança de juros reais (descontada a inflação) de ranking global com 40 países — Taxa de juro real — Ex-ante* (Em % ao ano)

1	Rússia	8,91
2	Brasil	6,79
3	México	6,52
4	Turquia	4,65
5	Indonésia	4,13
8	África do Sul	2,79
10	Colômbia	2,66
12	Índia	2,25
13	Estados Unidos	2,03
24	China	0,99
25	Chile	0,97
40	Argentina	-46,82
Média		0,36

*Taxa de juros atuais, descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses

Fonte: MoneYou

momentaneamente, os mercados. "O BC tomou a decisão mais do que acertada, de forma esperada, apesar das falas de Lula na terça-feira. Isso traz um pouco de tranquilidade para os próximos dias, mas joga, agora, a responsabilidade de dar uma resposta de volta para o Congresso e para o Executivo. Eles precisam dar um encaminhamento para a questão fiscal minimamente crível", avaliou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Para ele, a taxa de juros seguirá elevada por um período



prolongado porque o governo, "aparentemente, não entendeu que, sem resolver de uma forma muito crível a questão fiscal, não vai conseguir mexer adequadamente na taxa de juros".

"Serenidade"

No comunicado formal, o Copom informou que optou, por unanimidade, interromper o ciclo de queda de juros porque os cenários global e doméstico estão incertos e desafiadores, "demandando serenidade e

moderação na condução da política monetária", devido, em grande parte, à desancoragem das expectativas de inflação. Apesar de não sinalizar tendência para a próxima reunião, em 30 e 31 de julho, o comitê destacou que a decisão "é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2025".

Economistas de dentro e de fora do Brasil concordam que Lula exagerou nas críticas ao BC e a Campos Neto. Contudo,



O BC tomou a decisão mais do que acertada, de forma esperada, apesar das falas de Lula na terça-feira. Isso traz um pouco de tranquilidade para os próximos dias"

Sérgio vale, economista-chefe da MB Associados

reconhecem a razão em demonstrar indignação com o fato de o presidente do BC ter aceitado o convite do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para um jantar no Palácio dos Bandeirantes, na semana passada. "Foi uma pisada de bola gigantesca, Campos Neto não precisava ter ido ao jantar, especialmente agora, que a relação entre ele e Lula tinha melhorado. Isso só serviu para criar mais ruídos desnecessários sobre a autonomia do Banco Central", disse um economista estrangeiro que pediu anonimato.

O economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani, destacou que a decisão de encerrar o ciclo de afrouxamento dos juros foi o que o mercado esperava e, como um segundo sinal positivo, se deu de forma consensual. "Conforme os modelos do Banco Central, mantendo a Selic parada em 10,5%, mesmo assim, não será possível atingir o centro da meta de 3%. Então, o sinal é conservador. O

comunicado não trouxe mais novidades, então, acho que é uma tentativa do Banco Central sinalizar compromisso com o centro da meta", acrescentou.

Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, também destacou que o comunicado reforça o compromisso do BC com o cumprimento da meta de inflação. "O ambiente se tornou mais complexo, os fundamentos ligados à inflação se deterioraram marginalmente desde o último Copom, as projeções de inflação do mercado e do próprio Copom subiram, o que sugere uma cautela maior do BC. Foi isso que o Copom optou por fazer", explicou. Ele informou ainda que, depois da decisão do Copom, manteve uma projeção de que a taxa Selic ficará em 10,50% até o fim de 2025. "A decisão de hoje foi consistente com o nosso cenário", completou.

Críticas

Assim como a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), a Confederação Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), criticaram a decisão do Copom. Para a deputada petista, "não há justificativa técnica, econômica e muito menos moral para manter a taxa básica de juros em 10,5%".

Em nota, o presidente da CNI, Ricardo Alban, classificou a decisão do Copom como "inadequada", e destacou que a manutenção dos juros no atual patamar vai impor restrições adicionais à atividade econômica. Para a Firjan, o fim do ciclo de cortes da Selic, além de prejudicar a recuperação da economia, "limita a expansão dos investimentos no país".

Apresentado por:



Setor de bebidas alcoólicas destaca a importância da isonomia do imposto seletivo

INICIATIVA BUSCA COMBATER O MERCADO ILEGAL E AUXILIAR EM UM CONSUMO ADEQUADO DO CONSUMIDOR

A modernização dos impostos é uma pauta que se destaca para diversas entidades como uma iniciativa estrutural para o Brasil. Por meio da mudança tributária, há expectativa de se construir um cenário mais equilibrado e justo para todos. É nesse contexto que o Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC) e a Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD) ressaltam a necessidade da isonomia tributária, especialmente no que tange o segmento de bebidas alcoólicas.

Carlos Lima, presidente da diretoria executiva do IBRAC, explica que, para isso, a reforma tributária precisa corrigir as distorções existentes. "Ao longo dos últimos anos, o tratamento desigual na tributação, com algumas bebidas sendo mais beneficiadas, impactou negativamente a cachaça e os destilados. O Brasil, agora, tem a oportunidade de discutir um modelo que traga um equilíbrio na tributação, considerando o princípio básico da isonomia", comenta.

Para as entidades, a reforma tributária precisa de uma atenção na hora de ser discutida. Chama-se atenção, em especial, para o imposto seletivo como um instrumento que, se for aplicado de forma isonômica em todo o grupo de produtos (bebidas alcoólicas) cujo consumo deva ser moderado, o cenário econômico

e social mudará o país de forma expressiva e positiva.

"As atuais distorções tributárias existentes têm impactado de maneira negativa não só o setor de bebidas alcoólicas, mas, também a sociedade. Esses impactos passam pelo aumento do mercado ilegal, em função da alta tributação do setor das bebidas destiladas, impacto na saúde do consumidor, pela proliferação de produtos sem o devido controle do governo e perda de arrecadação para o Estado", contextualiza Carlos Lima.

O presidente do IBRAC informa que a entidade compreende que um ambiente isonômico será benéfico para todos. As bebidas alcoólicas, segundo o executivo, devem ser tratadas de maneira simétrica tanto do ponto de vista regulatório como tributário, permitindo uma competição justa, arrecadação de impostos, geração de empregos e valor para a sociedade brasileira.

Prejuízos para os destilados

José Eduardo Cidade, presidente ABBD, comenta que, em 2015, foram instituídas novas normas tributárias no Brasil que alteraram a sistemática de cobrança e estipularam alíquotas elevadas do IPI para os destilados, entre 25% e 30%. Criou-se uma distorção entre as categorias

ALCOOL É ALCOOL

14g DE ALCOOL

1 tulipa ou lata de cerveja, 1 taça de vinho, 1 dose de destilado ou em 1 drink, como caipirinha ou gin tônica, possuem os mesmos 14 gramas de álcool, que representa uma dose padrão

O imposto seletivo não pode perpetuar assimetrias tributárias que prejudicam a saúde, a arrecadação e a segurança pública.

Isonomia é equidade, é justiça, é liberdade de escolha e é o caminho correto para promover a moderação. No imposto seletivo, isonomia já!

Fonte: Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC) e Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD)

Mercado ilícito

De acordo com o presidente da ABBD, se não houver um modelo isonômico e pragmático, com maior fiscalização e punição para se combater práticas ilegais, o mercado ilícito prosperará. Produtos ilegais

já representam 30% dos destilados vendidos no país. "Isso quer dizer perda de arrecadação para o governo, perda de qualidade e segurança para o consumidor - já que esses produtos não passam por controles sanitários, com terríveis impactos na saúde pública - e perda

de competitividade para a indústria", comenta José Eduardo Cidade.

Segundo o levantamento do Euro-monitor International, a perda fiscal somente com destilados ilícitos, em 2023, alcançou R\$ 14,2 bilhões, valor maior que o orçamento anual do Ministério da Educação para Educação Básica.

Matéria escrita por Gabriella Colodetti